

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)				
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.200	152.699	
Contas a receber, inclui partes relacionadas	7	86.048	94.018	
Estoque	8	97.906	119.685	
Tributos a recuperar	9.1	4.517	16.474	
Imposto de renda e contribuição social	9.2	11.583	8.992	
Empréstimo mútuo com as partes relacionadas	17	78.547	37.092	
Adiantamentos diversos	10	159	71.428	
Despesas antecipadas	11	707	2.422	
Demaís ativos		352	8	
Total do ativo circulante		316.019	502.818	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	16.3	17.603	7.027	
Empréstimo mútuo com as partes relacionadas	17	215.367	229.099	
Adiantamentos diversos	10	150.000	-	
		382.970	236.126	
Aplicações financeiras e títulos valores mobiliários		6	6	
Imobilizado	12.1	109.449	113.865	
Direito de uso arrendamento, inclui partes relacionadas	12.2	2.090	2.862	
Intangível		681	706	
		112.226	117.439	
Total do ativo não circulante		495.196	353.565	
Total do ativo		811.215	856.383	
Passivo				
Circulante				
Fornecedores, inclui partes relacionadas	13	45.603	85.690	
Salários, férias e encargos sociais	14	5.462	5.182	
Tributos a recolher	15	1.703	2.501	
Arrendamento mercantil, inclui partes relacionadas	12.2	844	1.115	
Demaís passivos	18	1.694	3.704	
Total do passivo circulante		55.306	98.192	
Não circulante				
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16.1	3.095	1.418	
Arrendamento mercantil, inclui partes relacionadas	12.2	1.392	2.019	
Demaís passivos	18	-	225	
		4.487	3.662	
Total do passivo não circulante		59.793	101.854	
Patrimônio líquido				
Capital social	19	471.983	471.983	
Reserva legal		13.833	12.743	
Reserva de lucros		265.606	269.803	
Total do patrimônio líquido		751.422	754.529	
Total do passivo e patrimônio líquido		811.215	856.383	

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)				
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	
Receita líquida de vendas	20	604.593	603.415	
Custos dos produtos vendidos	21	(525.901)	(485.191)	
Lucro bruto		78.692	118.224	
(Despesas) receitas operacionais				
Gerais e administrativas	21	(74.333)	(71.818)	
Com vendas	21	(45.944)	(58.734)	
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	21	(13.399)	(10.015)	
		(133.226)	(140.567)	
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(54.534)	(22.343)	
Receitas financeiras	22	43.968	44.707	
Despesas financeiras	22	(114)	(107)	
Variações monetárias e cambiais, líquidas		9.051	5.759	
Resultado financeiro		52.905	59.359	
(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos		(1.629)	28.016	
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(1.478)	(6.220)	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(3.107)	21.796	
(Prejuízo) lucro por ação				
Básico e diluído (reis por ação)	19.4	(0,1816)	1,2741	

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)				
	2025	2024		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(3.107)	21.796		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total do resultado abrangente do exercício	(3.107)	21.796		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucro acumulados	Patrimônio líquido	
Saldo em 31/12/2023	471.983	12.743	248.007	-	732.733	
Lucro do exercício	-	-	-	21.796	21.796	
Destinação:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	21.796	(21.796)	-	
Saldo em 31/12/2024	471.983	12.743	269.803	-	754.529	
Lucro do exercício	-	-	-	(3.107)	(3.107)	
Destinação:						
Reserva legal	-	1.090	-	(1.090)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	(4.197)	4.192	-	
Saldo em 31/12/2025	471.983	13.833	265.606	-	751.422	

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)				
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos		(1.629)	28.016	
Ajustado por				
Depreciação	12.1	5.782	2.403	
Amortização		178	104	
Amortização direito de uso		972	1.418	
Juros sobre arrendamentos	12.2	256	106	
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado		(1.478)	(6.220)	
Provisão para perda de crédito esperado, líquido		1.677	102	
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários		(225)	225	
Outras provisões gerais		12.1	298	3.775
Boxa de imobilizado, líquida		22	61	502
Variação cambial (ativa e passiva)		22	(9.112)	(5.267)
Variação monetária (ativa e passiva)		22	(28.617)	(17.812)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e outros			(31.837)	8.102
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber, inclui partes relacionadas		7.807	(85.137)	
Estoque		21.779	(57.018)	
Tributos a recuperar		19.936	15.830	
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(2.591)	3.868	
Adiantamentos diversos		(78.695)	1.647	
Despesas antecipadas		1.715	(2.237)	
Demaís ativos		(341)	(434)	(545)
Depósitos judiciais		(9.443)	(545)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores, inclui partes relacionadas		(40.233)	54.380	
Salários, férias e encargos sociais		280	504	
Tributos a recolher		(798)	(550)	
Demaís passivos		(2.011)	2.669	
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		(114.432)	(58.486)	
Juros pagos		1	(37)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(114.431)	(58.523)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	12.1	(1.453)	(24.306)	
Aquisição de ativo intangível		(155)	(485)	
Empréstimos (mútuos) com as partes relacionadas		894	(59.171)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(714)	(83.962)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de contrato de arrendamento		(1.354)	(1.437)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento		(1.354)	(1.437)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(116.499)	(143.922)	
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		152.699	296.621	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		36.200	152.699	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(116.499)	(143.922)	

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)				
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	
Geração do valor adicionado Receita				
Vendas de produtos, mercadorias e serviços		613.248	611.052	
Outras receitas		(30)	102	
Perdas de créditos esperados				
Insumos adquiridos de terceiros		613.218	610.461	
Custos dos produtos vendidos	21.1	(525.901)	(485.191)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(52.221)	(64.825)	
Outras		53.360	59.458	
		(524.762)	(490.558)	
Valor adicionado bruto		88.456	119.903	
Depreciação e amortização	21.2	(3.543)	(3.846)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		84.913	116.057	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		53.292	50.613	
Total do valor adicionado a distribuir		138.205	166.670	
Pessoal e encargos				
Remuneração direta		20.074	21.724	
Benefícios		7.488	7.941	
FGTS		7.349	7.570	
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		12.514	16.811	
Estaduais		89.940	86.703	
Municipais		744	873	
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros (inclusa variação monetária e cambial passiva)		797	723	
Aluguéis		2.406	2.529	
Remuneração de capitais próprios				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	19.3	(3.107)	21.796	
Distribuição do valor adicionado		138.205	166.670	

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Companhia Refinadora da Amazônia ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, cuja sede fica situada na Rodovia Arthur Bernardes, 5555, cidade de Belém, Estado do Pará. Foi fundada em 29 de novembro de 1993 e tem como objeto principal a comercialização de óleos vegetais e derivados; o refino e fracionamento de óleos vegetais; a industrialização e a comercialização de sabões, margarinas, óleos comestíveis e gorduras especiais, bem como de produtos vegetais em geral; a prestação de serviços a terceiros, relativamente a comercialização de óleos vegetais e derivados, a prestação de serviços de organização logística do transporte de carga e armazenagem de óleos vegetais e derivados, incluindo sabões, margarinas, óleos comestíveis, gorduras especiais e produtos vegetais em geral, por conta própria ou de terceiros, bem como sua importação e exportação, em operações de comércio exterior; e a fabricação de biocombustíveis.

A Companhia faz parte de um grupo econômico, que possui investimentos relevantes em empresas dos ramos de hotelaria (Transamérica de Hotéis Nordeste) e águas minerais (Águas Prata), entre outras.

2. Base de elaboração e apresentação

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis relativas ao fim do 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e aprovadas pela administração em 13 de dezembro de 2026 e seu conteúdo será objeto de análise e deliberação em reunião anual de sócias a ser realizada nos termos estabelecidos no contrato social da Companhia.

2.2 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis, apesar da Companhia ser de capital fechado, se optou pela elaboração do demonstrativo. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Demonstração contábil é apresentada em reais ("R\$") e todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das Demonstrações contábeis, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Importa ressaltar que as receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

No exercício corrente, uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras, onde não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de ativos financeiros - Alterações à IFRS 9 e IFRS 7;
- Contratos com referência à eletricidade dependente da natureza - Alterações à IFRS 9 e IFRS 7;
- IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgação
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1

Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios

anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais, a seguir:

(i) A entidade é obrigada a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda;

(ii) As medidas de desempenho definidas pela Administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e;

(iii) A Companhia ainda está avaliando o impacto do novo padrão em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, demonstração do fluxo de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS (Management Performance Measures), bem como aos efeitos sobre a forma de agrupamento das informações nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente classificados como "outros".

A Companhia pretende adotar as normas e interpretações novas e revisadas, quando aplicáveis, tão logo quando entrarem em vigor.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas periodicamente pela Administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1 Reconhecimento da receita de vendas

A Administração da Companhia leva em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, o cumprimento de suas obrigações de desempenho e transferido ao comprador o controle dos produtos. É feito análise referente ao tipo de frete incidente sobre as vendas (CIF ou FOB) e sendo verificada a data de entrega dos produtos no cliente, entende-se que o controle foi transferido e que seria apropriado o reconhecimento das receitas do período corrente, que estão apresentadas na nota explicativa 20.

5.2 Provisão para perda de crédito esperada

A provisão de perda de crédito esperada (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outros. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas e está em conformidade com o exigido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que estão apresentadas na nota explicativa 7.

Em 31 de dezembro de 2025, não apresenta saldo referente a essa operação.

5.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

CONTINUAÇÃO

A seguir demonstramos todas as transições que envolvem as partes relacionadas, nas contas de resultado (despesas e receitas):

Transações	31.12.2025	31.12.2024
Receita, principalmente de vendas		
Indústrias Xhara Ltda.	1.461	885
Despesas com demurrage		
Indústrias Xhara Ltda.	(1)	(2.783)
Receitas financeiras líquidas		
Agropalma S/A	16.250	10.843
Indústrias Xhara Ltda.	12.367	6.969
Custo da Matéria Prima		
Agropalma S/A	(44.164)	-
Indústrias Xhara Ltda.	(8.727)	(1.117)
Total	(22.814)	14.797

O saldo de ativos financeiros com a Agropalma S.A. refere-se aos seguintes empréstimos de mútuo: (i) 01/01/2019 liberação de R\$ 144.000, com vencimento para 30/12/2029, com atualização pelo IPCA; (ii) 21/12/2023 liberação no montante de R\$ 12.849, com vencimento para 21/12/2027; (iii) 05/04/2024 liberação no montante de R\$ 20.000, com vencimento para 06/04/2027; e (iv) 10/05/2024, liberação no montante de R\$ 42.000, com vencimento para 11/05/2027. Todos à taxa de 104,5% do CDI.

O saldo de ativos financeiros com a Indústria Xhara Ltda., refere-se aos seguintes empréstimos de mútuo: (i) 28/09/2020 - R\$ 46.584, com vencimento para 28/09/2026; (ii) 13/11/2019 - R\$ 16.000, com prazo de vencimento para 30/11/2026; (iii) 25/05/2017 - R\$ 7.126, com vencimento para 22/04/2027; e (iv) 20/06/2017 - R\$ 9.152, com vencimento para 22/04/2027. Todos à taxa de 104,5% do CDI.

17.2 Movimentações dos empréstimos	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	266.191	189.207
Liberação	-	62.000
Recebimento de juros	(760)	(2.828)
Juros provisionados	28.483	17.812
Saldo final	293.914	266.191
Ativo circulante	78.547	37.092
Ativo não circulante	215.367	229.099

17.3 Contratos firmados entre as partes

Arrendamento: O contrato de arrendamento de imóvel rural para exploração, tem por finalidade o interesse do arrendatário na exploração agrícola em manejo orgânico e outras culturas do arrendador. Não existe aquisição ou transferência de propriedade e sim, exploração econômica de uma área de 11.712,94 ha. O prazo do contrato é de 120 meses, a partir de 28 de abril de 2022.O valor do contrato é reajustado em periodicidade permitida por lei, pela variação do IGP-M/FGV.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos bens arrendados no ativo é de R\$ 2.205.

Aquisição contínua de ativos brutos intercompany: A Companhia adquiri de forma contínua óleo bruto de palma e palmito, observando os indicadores de qualidade como: acidez, umidade, impurezas, fósforo, índice de iodo e outros. O contrato possui validade anual, sendo a cada período renovado. A Companhia realiza, sob sua responsabilidade, a análise laboratorial para confirmação da taxa de acidez, utilizando o método AOCS (American Oil Chemists' Society) usado no Grupo. O preço é definido conforme diretrizes estabelecidas em políticas, pela Agropalma S.A. A palma tem um cultivo perene que começa a produzir frutos a partir de 3 anos e o volume de produção é diretamente influenciado pelo clima, logo, em algumas ocasiões é realizada aquisição de óleos de palma ou palmito da Indústria Xhara Ltda., através de uma operação comercial, não se tratando de operação intercompany.

Empréstimo de mútuo: Obtem contratos de mútuo intercompany, nos valores respectivos de R\$ 197.350 e R\$ 96.564. Os encargos utilizados são IPCA ou 104,5% do CDI, de acordo com cada cláusula contratual. Para o exercício de 2024, a liberação de recursos foi de R\$ 62.000 para a Agropalma S.A. Em 2025, não houve novas liberações de recursos.

17.4 Remuneração da Administração

As remunerações da Diretoria da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas em Ata de Assembleia Geral Ordinária, registrada na Junta Comercial do Belém no dia 30 de abril de 2025. São apresentadas a seguir as remunerações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31.12.2025	31.12.2024
Honorários da diretoria executiva	1.488	224
Gratificação dos administradores	1.441	2.725
Encargos sociais	878	1.246
Total	3.807	6.195

A redução verificada em 2025 resulta de processos de reestruturação administrativa implementados no decorrer do exercício, em linha com a estratégia de otimização organizacional e maior eficiência de custos corporativos adotada pela Administração.

18. Demais passivos

	31.12.2025	31.12.2024
Provisões à colaboradores ou diretoria	85	758
Adiantamento de clientes	83	24
Comissões sobre vendas a pagar	775	24
Seguros a pagar	593	2.053
Outras contas a pagar	158	302
Total	1.694	3.929
Passivo circulante	1.694	3.704
Passivo não circulante	-	225

Provisão revertida pelo pagamento de gratificação a administradores, em dezembro de 2025 a Companhia reconheceu a provisão para prêmio de assiduidade com base em obrigações presentes decorrente de política interna da Companhia.

A redução em **Seguros a Pagar** no período, refere-se à liquidação das apólices contratadas, com destaque para as modalidades de riscos naturais, transporte nacional e risco ambiental, conforme os prazos estabelecidos com as seguradoras.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 471.983, está representado por 9.651.072 ações ordinárias e nominativas e 7.455.248 ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

A seguir, a composição acionária:

	31.12.2025		31.12.2024	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Agropalma Holdings	17.100.903	99,97%	17.100.903	99,97%
Banco da Amazônia S.A. (FINAM)	5.412	0,03%	5.412	0,03%
Total	17.106.320	100%	17.106.320	100%

19.2 Reserva Legal

Em 30 de abril de 2025, foi realizada a transferência entre reservas, no valor de R\$ 1.090, referente à destinação do resultado do exercício de 2024 (em 2024 o saldo é de R\$ 12.743). O montante foi apropriado à reserva de incentivos fiscais.

19.3 Reserva de incentivos fiscais

Em janeiro de 2024 entrou em vigor alteração da legislação nº 14.789/2023, em que prevê a tributação dos valores de subvenção de ICMS, incluindo aquelas destinadas as reservas, tendo impactado direto no patrimônio líquido da Companhia. A lei revogou a isenção das subvenções, a qual a partir de janeiro de 2024, começaram a ser incluídas na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Diante do exposto acima, a partir do exercício de 2024 os valores registrados na contabilidade, como receita de subvenção do ICMS, não serão apropriados na reserva de incentivos fiscais. Entretanto, evidenciamos a existência de saldo residual do exercício de 2023, no valor de R\$ 1.196, que deve ser constituído para reserva, ao final do exercício em que a Companhia apurar lucro.

Em 30 de abril de 2025, foi realizada a transferência para a reserva legal no valor de R\$ 1.090 (em 2024 o saldo é de R\$ 268.713), referente à destinação do resultado do exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, 100% do prejuízo do exercício foi absorvido pela Reserva de Incentivos fiscais, no valor de R\$ 3.107, onde o saldo final das Reservas de Incentivos fiscais foi de R\$ 265.606 (em 31 de dezembro de 2024 o saldo do grupo é de R\$ 268.713).

19.4 Memória de cálculo e prejuízo (lucro) líquido por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo (lucro) do período (R\$)	(3.107)	21.796
Lucro destinado a reserva legal (5%)	-	(1.090)
Lucro destinado a reserva de incentivos fiscais	-	(20.706)
Prejuízo absorvido pela reserva de incentivos fiscais	3.107	-
Total	-	-

Os cálculos do lucro (prejuízo) por ações básicas estão divulgados a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício (R\$)	(3.107)	21.796
Número de ações	17.106	17.106
(Prejuízo) Lucro básico por ação (R\$)	(0,1816)	1,2741

	31.12.2025	31.12.2024
20. Receita líquida de vendas		
Receita bruta de vendas de produtos (nacional)	616.904	608.853
Receita bruta de vendas de produtos (exterior)	404	5.236
Desconto incondicional	(26)	(38)
Devoluções de vendas	(4.035)	(2.999)
Impostos sobre vendas	(90.529)	(87.104)
Total	522.719	523.948
Receita de subvenção ICMS	81.874	79.467
Total	604.593	603.415

Na **receita bruta de vendas de produtos (nacional)**, houve uma redução no volume comercializado, em comparação ao mesmo período de 2024. No entanto, os preços praticados no mercado interno, foram superiores a 2024, o que contribuiu para o acréscimo da receita.

Em **receita bruta de vendas de produtos (exterior)**, a redução está relacionada à perda da certificação RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil) de aquisição de matéria-prima, para clientes internacionais, como condição contratual. A ausência da certificação limitou o acesso a esses mercados, impactando negativamente as vendas no período.

Na Devolução sobre vendas, houve um aumento em decorrência de um maior volume de mercadorias avariadas e necessidade de correção de negociações comerciais.

Os **impostos sobre vendas e a receita de subvenção do ICMS** apresentaram acréscimo, uma vez que estão diretamente relacionados ao valor da receita bruta de vendas, registrada no período de 2025.

Prática contábil: a) Venda de produtos e mercadorias: Conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. É avaliado as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia avalia que suas obrigações de performance identificadas são: **Entrega do produto vendido - a obrigação de performance se encerra no momento que o controle do produto é transferido para o cliente.** A Companhia considera o impacto no resultado relacionado a quaisquer mudanças no momento do reconhecimento da obrigação de performance associada ao frete. A garantia fornecida pela Companhia é a de que os produtos entregues estão dentro das especificações pactuadas em contrato. **b) Imposto sobre vendas de produtos e serviços prestados:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens e serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido contabilmente e o custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Os tributos (ICMS, PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumlatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **c) Subvenções e assistências governamentais:** Por intermédio da atuação de alguns dos 13 de dezembro de 2018, em conjunto com a resolução de número 12 de 4 de outubro de 2019, a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará - publicadas em 18 de dezembro de 2018 e 29 de outubro de 2019, respectivamente e com vigência até 31 de dezembro de 2033, a Companhia obteve incentivo fiscal de ICMS fixado obrigada a prestar contas anuais e comprovar perante os órgãos competentes, semestralmente, a situação de regularidade fiscal, ambiental, previdenciária e trabalhista, durante todo o período de gozo dos benefícios, por meio da apresentação das Certidões de Regularidade.

21. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

21.1 Custo de produtos vendidos

	31.12.2025	31.12.2024
Matéria-prima	(471.094)	(428.276)
Energia	(18.029)	(19.483)
Pessoal	(14.190)	(14.153)
Insumo	(10.438)	(14.094)
Manutenção	(6.921)	(4.539)
Depreciação e amortização	(2.654)	(2.280)
Outros	(2.575)	(2.280)
Total	(525.901)	(485.191)

Em **Custo com manutenção**, registrou-se acréscimo decorrente de serviços relacionados ao sistema de processamento de dados, consumo de materiais eletrônicos e para fracionamento.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Refinadora da Amazônia Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Refinadora da Amazônia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, demonstração do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Refinadora da Amazônia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Nacional de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compras de produtos e de empréstimos concedidos pela Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, observamos que a demonstração está reconciliada às demonstrações contábeis contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Em **Insumos**, houve redução em função do menor volume de vendas em 2025 comparado a 2024, influenciada tanto pela melhoria na qualidade devido ao período de produção quanto pela redução no consumo de insumos.

Em **matéria-prima**, houve acréscimo associado ao maior consumo de óleos nacionais terceirizados e importados em 2025, frente ao mesmo período do exercício anterior.

21.2 Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Despesas com salários, encargos e benefícios	(34.407)	(36.223)
Despesas com fretes, embarques e despachos	(28.641)	(40.861)
Despesas com parada programada	(15.263)	(10.013)
Outras despesas	(11.621)	(10.833)
Serviços prestados por terceiros	(11.251)	(14.105)
Impostos e taxas	(10.422)	(11.063)
Despesas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(6.668)	(972)
Manutenção e conservação de ativos	(3.800)	(2.807)
Despesas com comissões sobre vendas	(5.586)	(5.236)
Depreciação e amortização	(11.251)	(8.846)
Utilidades e serviços	(3.497)	(3.337)
Armazenagem	(437)	(1.584)
Despesas com ajuste de inventário no estoque	(63)	(56)
Demurrage	(27)	(1.298)
Total	(133.226)	(140.567)

Na Demonstração do resultado

Despesas gerais e administrativas (74.333) (71.818)

Despesas com vendas (45.494) (58.734)

Outras (despesas) receitas operacionais líquidas (13.399) (10.015)

Total (133.226) (140.567)

A diminuição nas despesas com **fretes, embarques e despachos** está relacionada ao menor volume de vendas nos mercados interno e externo, o que reduziu a necessidade de movimentação de cargas e, consequentemente, a demanda por serviços logísticos.

Quanto as despesas com **paradas programadas** o acréscimo decorreu da ociosidade gerada pela menor produtividade nas vendas na unidade de condicionamento de gorduras, bem como, pela menor produção de biodiesel no período.

A redução das despesas com **armazenagem de matéria-prima** no período decorreu da ausência de contratação de tanques, bem como da não realização de compras diretas ou importações pela companhia. Esse contexto resultou em menor necessidade de espaço físico para estocagem, refletindo na diminuição dos custos de armazenagem.

Houve também redução da despesa com **demurrage** no período analisado, em razão da inexistência de operações de importação de matéria-prima e da não utilização de navios-tanque ou terminais afiançados, eliminando a necessidade de operação marítima e, consequentemente, os custos associados à permanência de equipamentos além do prazo contratado.

Acrescido nas **despesas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis** principalmente de atualização, pela taxa SELIC, do saldo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em **outras despesas**, os principais impactos se referem a atualização das provisões fiscais, trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 5.590, despesas com prêmio de seguros operacionais devido a renovação de seguros, no montante de R\$ 1.626.

22. Resultado financeiro líquido

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	15.274	26.532
Juros recebidos	23	52
Juros sobre mútuo com as partes relacionadas	28.617	17.812
Descontos obtidos	54	311
Total	43.968	44.707

Despesas financeiras

Outros juros e despesas bancárias (114) (107)

Total (114) (107)

Variáveis monetárias e cambiais, líquidas

Varição cambial ativa 174 558

Varição monetária ativa 9.149 5.349

Varição cambial passiva (235) (66)

Varição monetária passiva (37) (82)

Total 9.051 5.259

Resultado financeiro líquido

A redução na **receita de aplicações financeiras** no exercício de 2025 está diretamente relacionada ao menor volume de recursos aplicados no período.

O acréscimo dos **juros sobre mútuos com partes relacionadas** decorreu da atualização dos contratos intercompany vigentes, resultando no reconhecimento dos encargos de juros correspondentes ao exercício de 2025. Não houve pagamento desses encargos no período, uma vez que os contratos possuem vencimento a partir de 2026.

Prática Contábil: A receita financeira é reconhecida pro-rata die por regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

23. Tributos sobre o lucro

São os tributos federais pagos sobre o lucro.

23.1 Cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda é reconhecida com base na estimativa da alíquota efetiva esperada para o ano, ajustada pelo efeito tributário de certos itens reconhecidos integralmente no exercício. Desta forma, a alíquota efetiva, na demonstração contábil, pode divergir da estimativa da administração da alíquota efetiva para a demonstração contábil anual. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos Adições	(1.629)	28.016
(-) Cessão Maternidade	48	72
(+) Diferenças temporárias não constituídas	9.047	20.904
(+) Total das despesas não dedutíveis - art. 13 da Lei 9.249/95	9.510	4.855
Total	12.925	25.831

Exclusões

(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis (12.385) (14.052)

(-) Subvenção ICMS - Incentivo Fiscal Estadual (12.385) (26.318)

Total (1.419) 27.529

(-) Lucro real antes compensações

As **diferenças temporárias não constituídas** são provisões sobre: (i) férias; 13ª e atualizações; (ii) comissão sobre vendas; (iii) contraprestações, fiscais e cíveis; (iv) reversões e gratificações; (v) perdas estimadas pelo reconhecimento da receita (CPC 47); e (vi) receitas de subvenção do ICMS.

As **variações mais relevantes de redução**, ocorreram devido: (i) Ausência de tributação sobre as receitas de subvenção do ICMS no período de 2025, enquanto em 2024 houve movimentação no valor de R\$ 12.266; (ii) Ausência de registros de Perdas estimadas pelo reconhecimento da receita (CPC 47) do primeiro ao terceiro trimestre de 2025, considerando que no período de 2024 houve movimentações relacionadas.

As **despesas não dedutíveis**, tratam-se de: (i) gratificação aos administradores; (ii) multas e infrações não dedutíveis; e (iii) outras despesas. As variações mais relevantes de redução correspondem a: (i) despesas Indutíveis de (R\$ 571) e (ii) gratificação dos administradores de (R\$ 527).

As **reversões** são decorrentes de: (i) reversão de provisões; (ii) variações monetárias ativas; e (iii) perdas estimadas pelo reconhecimento da receita (CPC 47). A variação mais relevante de redução no montante de R\$ 1.202 decorrente da reversão de Perdas estimadas pelo reconhecimento da receita (CPC 47), correspondente a dezembro de 2024.

Com a publicação da Lei de nº 14.789/2023, as receitas de subvenção passaram a integrar as bases de cálculo do PIS, do COFINS, do IRPJ e da CSLL.

Memória de cálculo IRPJ/CSLL

	31.12.2025	31.12.2025
Base cálculo CSLL (pós compensação 30% prejuízo fiscal)	4.627	19.200
CSLL fiscal	421	1.734
Taxa efetiva CSLL	9%	9%
Base cálculo IRPJ (pós compensação 30% prejuízo fiscal)	4.922	18.369
IRPJ fiscal	1.057	4.486
Taxa efetiva IRPJ	25%	25%
IRPJ e CSLL fiscal	1.478	6.220
IRPJ e CSLL contábil (DRE)	1.478	6.220

A diferença entre as bases de IRPJ e CSLL decorre-se da dedução do PAT, em que é considerado como ajuste de exclusão somente para o IRPJ, comparado com a base de cálculo do período e não o lucro líquido.

23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não possui registro na contabilidade do saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social, ativo e passivo, diferidos. Para 2025, com base em estudos técnicos e de acordo com os tratamentos contábeis do Pronunciamento Técnico CPC 32, a Companhia efetuou a avaliação dos ajustes das adições e exclusões efetuadas nas apurações fiscais e controladas na Parte B do LAIUR, a qual foi verificado que não possuem diferenças temporárias tributáveis que resultem na necessidade de reconhecimento de passivos fiscais diferidos, uma vez que, as diferenças tributáveis existentes, referem-se a exclusões não tributadas no futuro ou reversões de provisões, a qual já foram anteriormente adicionadas e tributadas. Ao final de

Cia Refinadora da Amazônia 31-03 pdf

Código do documento 5aad259e-1c6e-4c18-8251-caefe43660f8



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

31 Mar 2026, 08:21:50

Documento 5aad259e-1c6e-4c18-8251-caefe43660f8 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-31T08:21:50-03:00

31 Mar 2026, 08:22:22

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-31T08:22:22-03:00

31 Mar 2026, 08:22:45

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 60622) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-03-31T08:22:45-03:00

Hash do documento original

(SHA256): a953ba0db05bf3c72cbb578c3333fd8110cee7d402ca995dbdb1793fe789d4c3

(SHA512): 891cf687128e4521b7e8718292aafab5a2b0446b0ec55d08a4b05342e00fc0bafd11c6d18ee88ea4466606a544e4759f7442598ac89a527fe4325479f16ecf58

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.